



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 3/2024**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO  
FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO  
MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), E A  
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA  
INDÚSTRIA (CNI), PARA OS FINS QUE  
ESPECIFICA.**

A **UNIÃO**, entidade de direito público interno, por intermédio do **MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)**, CNPJ nº 03.277.610/0001- 25, com sede na Zona Cívico-Administrativa, Esplanada dos Ministérios, bloco “Q”, Brasília/DF, CEP 70049-900, representado, neste ato, pelo Ministro de Estado da Defesa, Senhor **JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO**, nomeado pelo Decreto nº 1 — Presidência da República/Casa Civil, de 1º de janeiro de 2023, publicado no DOU, de 1º de janeiro de 2023, edição 1, seção 2, residente e domiciliado nesta Capital, e a **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI)**, CNPJ nº 33.665.126/0001-34, associação sindical de grau superior, doravante denominada CNI, com sede no Setor Bancário Norte, quadra 1, bloco C, edifício Roberto Simonsen, Brasília/DF, CEP 70040-903, neste ato representada por seu presidente, Senhor **ANTONIO RICARDO ALVAREZ ALBAN**.

Resolvem celebrar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO (AC), tendo em vista o que consta do Processo n. 60072.000112/2023-43 e em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de



julho de 2014, e do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente ACORDO tem por objeto estruturar a cooperação entre o MD e a CNI, para a execução de ações com vistas à promoção, ao fortalecimento e ao desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e Segurança (BIDS), por meio de atividades de interesse comum, visando dar continuidade aos estudos iniciados por meio do AC nº 001/2020 com a CNI e ampliar os conhecimentos sobre todos os cenários que envolvem o setor industrial de defesa. As principais áreas de colaboração serão:

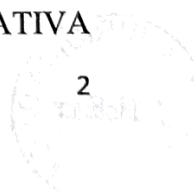
- I. Compartilhamento de dados, permitindo que o MD e a CNI troquem informações relevantes relacionadas à indústria de defesa com objetivo de realizar estudos, produtos e ferramentas de apoio à decisão. Isso inclui dados sobre tecnologias, pesquisas e outros temas de interesse mútuo, partindo sempre do princípio da confidencialidade.
- II. Compartilhamento de conhecimento por meio da capacitação e disponibilização de especialistas tanto pelo MD como pela CNI para a formação de equipes híbridas focada no desenvolvimento de análise, estudos e pesquisas.
- III. Desenvolvimento de inteligência baseada em dados, focada nos desafios da BIDS e do MD.
- IV. Desenvolvimento de ações e produtos visando ao apoio à Indústria de Defesa.

**Parágrafo primeiro.** A cooperação ocorrerá por meio da realização de intercâmbio de informações, planejamento, estruturação, coordenação, produtos, eventos, reuniões bem como publicação de documentos, entre outras ações de interesse comum estabelecidas no Plano de Trabalho.

**Parágrafo segundo.** Os produtos oriundos dos estudos e pesquisas realizados pelos PARTÍCIPES, poderão subsidiar a CNI e o Ministério da Defesa em suas atividades de fomento à Base Industrial de Defesa.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO**

Para o alcance do objeto pactuado, os PARTÍCIPES obrigam-se a cumprir os planos de trabalho (ANEXO I – OBSERVATÓRIO DA INDÚSTRIA DE DEFESA – e ANEXO II – INICIATIVA



CONSÓRCIO DA INDÚSTRIA – CONSORTECH) que, independentemente de transcrição, são partes integrantes e indissociáveis do presente ACORDO DE COOPERAÇÃO bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os PARTÍCIPES.

Os PARTÍCIPES farão uso de seus conhecimentos técnicos bem como dos recursos humanos e materiais com que contam ou considerem necessários contratar, observada a legislação de regência, a disponibilidade de recursos e os demais aspectos orçamentários pertinentes.

**Parágrafo primeiro.** Os ajustes no Plano de Trabalho serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com alguma hipótese de termo aditivo prevista no inciso I, caput, do artigo 43, do Decreto n. 8.726, de 2016, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao ACORDO DE COOPERAÇÃO, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

**Parágrafo segundo.** Este ACORDO não restringe a possibilidade de os PARTÍCIPES firmarem, no âmbito das respectivas competências ou atribuições específicas, contratos, convênios ou outros acordos de cooperação com outras instituições, ainda que com o mesmo objeto deste ACORDO.

**Parágrafo terceiro.** Considerada a especificidade de seu conteúdo, os planos de trabalho, e suas alterações, poderão ser assinados pela representação da Secretaria de Produtos de Defesa da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA UNIÃO (MINISTÉRIO DA DEFESA)**

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades da UNIÃO (MINISTÉRIO DA DEFESA):

- I. Acompanhar a execução da parceria e zelar pelo cumprimento do disposto neste instrumento, na Lei nº 13.019/2014, no Decreto n. 8.726, de 2016 e nos demais atos normativos aplicáveis.
- II. Assumir ou transferir a terceiro, no que couber, a responsabilidade pela execução do objeto da parceria no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.
- III. Divulgar o objeto da parceria nos termos da legislação, mediante procedimentos definidos conforme seu juízo de conveniência e oportunidade.





- IV. Zelar para que não haja compartilhamento de recurso patrimonial da UNIÃO (MINISTÉRIO DA DEFESA) na execução da parceria, tendo em vista que não ocorreu chamamento público no caso concreto.
- V. Compartilhar informações, naquilo que for pertinente e conveniente à realização do objeto deste ACORDO, observadas as normas referentes à preservação do sigilo dos dados e informações, desde que correlacionadas com o teor do Plano de Trabalho.
- VI. Adotar as medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo dos dados e informações.
- VII. Responsabilizar-se pela submissão de todos os participantes ou empresas envolvidas com o objeto deste ACORDO a Termo de Confidencialidade e Sigilo de Informações.
- VIII. Disponibilizar corpo técnico-profissional de acordo com as necessidades de cada atividade específica, prevista no Plano de Trabalho, a cargo de cada PARTÍCIPE, em especial participações em reuniões técnicas e seminários de apresentação e discussão de versões preliminares de produtos, sem caracterização de alteração de respectivos vínculos funcionais ou profissionais.
- IX. Formalizar, por escrito, quaisquer propostas de ajustes do presente ACORDO.
- X. Acompanhar e avaliar os produtos oriundos dos estudos e pesquisas a serem desenvolvidos no âmbito desta cooperação, podendo sugerir alterações e aperfeiçoamentos nos documentos.
- XI. Esclarecer, em caso de dúvida, aspectos técnico-operacionais da legislação referente aos produtos oriundos dos estudos e pesquisas a serem desenvolvidos no âmbito desta cooperação bem como o posicionamento do MD quanto à sua interpretação e aplicação.
- XII. Viabilizar a participação de membros do corpo técnico profissional em visitas a empresas e instituições governamentais, necessárias ao bom andamento das atividades previstas, desde que correlacionadas com o teor do Plano de Trabalho.
- XIII. Prover apoio técnico e logístico necessário para que seja alcançado o objeto deste ACORDO em toda sua extensão.
- XIV. Conduzir todas as atividades com eficiência e dentro de práticas administrativas, financeiras e técnicas adequadas.
- XV. Acompanhar e avaliar os resultados alcançados nas atividades programadas.
- XVI. Arcar com eventuais despesas relativas às viagens, às hospedagens e aos deslocamentos de seu corpo técnico envolvido no projeto.





## **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI)**

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI):

- I. Executar o objeto da parceria de acordo com os Planos de Trabalho, observado o disposto neste instrumento, na Lei nº 13.019/2014, no Decreto n. 8.726, de 2016 e nos demais atos normativos aplicáveis.
- II. Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo regular pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto da parceria.
- III. Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro necessário ao cumprimento dos seus compromissos na execução do objeto da parceria.
- IV. Permitir o livre acesso dos agentes da UNIÃO (MINISTÉRIO DA DEFESA), dos órgãos de controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos, às informações relacionadas à execução da parceria bem como aos locais de execução do objeto deste ACORDO.
- V. Conduzir todas as atividades com eficiência e dentro de práticas administrativas, financeiras e técnicas adequadas.
- VI. Apoiar o desenvolvimento de ações com órgãos de governo e com a indústria tendo vista a promoção, o fortalecimento e a execução de atividades relacionadas à realização de estudos, pesquisas, inteligência de dados e relatórios previstos.
- VII. Disponibilizar corpo técnico-profissional de acordo com as necessidades de cada atividade específica, prevista no Plano de Trabalho, a cargo de cada PARTÍCIPE, em especial participações em reuniões técnicas e seminários de apresentação e discussão de versões preliminares de produtos, sem caracterização de alteração de respectivos vínculos funcionais ou profissionais.
- VIII. Prover apoio técnico e logístico necessário para que seja alcançado o objeto deste ACORDO em toda sua extensão.
- IX. Compartilhar informações, naquilo que for pertinente e conveniente à realização do objeto deste ACORDO, observadas as normas referentes à preservação do sigilo de dados e informações, desde que correlacionadas com o teor do Plano de Trabalho.



- X. Adotar as medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo dos dados e informações.
- XI. Responsabilizar-se pela submissão de todos os participantes ou empresas envolvidas com o objeto deste ACORDO a Termo de Confidencialidade e Sigilo de Informações.
- XII. Arcar com eventuais despesas relativas às viagens, às hospedagens e aos deslocamentos de seu corpo técnico envolvido no projeto.
- XIII. Prover apoio técnico e logístico necessário para que seja alcançado o objeto deste ACORDO em toda sua extensão.
- XIV. Mobilizar e agendar reuniões com os atores relacionados à realização das pesquisas e estudos a serem desenvolvidos no âmbito desta cooperação.
- XV. Apresentar contribuições técnicas aos estudos, pesquisas e inteligências de dados a serem desenvolvidos no âmbito desta cooperação.
- XVI. Acompanhar e avaliar os resultados alcançados nas atividades programadas.
- XVII. Formalizar, por escrito, quaisquer propostas de ajustes do presente ACORDO.
- XVIII. Primar pela cooperação, decisão conjunta e interação constante entre os PARTÍCIPES, visando à troca de informações entre as equipes para a otimização de esforços, disseminação de informações e potencialização de ações.
- XIX. Observar a classificação, quanto ao grau de sigilo, de dados e informações compartilhados durante a execução do presente ACORDO bem como envidar os esforços necessários ao resguardo, ao controle de acesso e à divulgação, observando o disposto na legislação pertinente, especialmente na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.
- XX. Comunicar alterações nos atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver (§ 5º do art. 26 do Decreto nº 8.726, de 2016).

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS**

Para a execução do presente ACORDO não haverá transferência de recursos financeiros e patrimoniais entre os PARTÍCIPES.

**Parágrafo primeiro.** Eventuais ações derivadas deste ACORDO que possam implicar necessidade de transferência de recursos financeiros deverão ser viabilizadas por intermédio de instrumentos específicos, observadas as normas e procedimentos administrativos inerentes e necessários a sua consecução.



**Parágrafo segundo.** O objeto deste instrumento não envolve a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial da UNIÃO (MINISTÉRIO DA DEFESA).

## **CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS HUMANOS**

Os recursos humanos utilizados pelos PARTÍCIPES, em decorrência das atividades inerentes ao presente ACORDO, não poderão sofrer alteração em suas respectivas vinculações funcionais e empregatícias, sendo vedada a geração de ônus com despesas de pessoal, de um para o outro PARTÍCIPE.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E VIGÊNCIA**

O presente ACORDO terá vigência por 72 (setenta e dois) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas condições previstas art. 55 da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 21 do Decreto nº 8.726, de 2016, mediante termo aditivo, por solicitação da organização da sociedade civil (OSC) devidamente fundamentada, desde que autorizada pela UNIÃO (MINISTÉRIO DA DEFESA), ou por proposta da UNIÃO (MINISTÉRIO DA DEFESA) e respectiva anuência da OSC, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA CONFIDENCIALIDADE E DO SIGILO**

As informações, dados e resultados dos estudos e relatórios serão confidenciais e sigilosos somente poderão ser divulgados de maneira consolidada aos atores públicos e privados do segmento de defesa bem como à sociedade em geral mediante autorização dos PARTÍCIPES.

**Parágrafo primeiro.** Os PARTÍCIPES ficam vinculados à presente cláusula de confidencialidade e sigilo em seus exatos termos, independentemente de eventual denúncia ou rescisão do presente ACORDO.

**Parágrafo segundo.** Aplicam-se ao presente ACORDO os dispositivos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, quando cabíveis. Ressalta-se, ainda, que o ambiente de armazenamento dos dados deve prover a segurança necessária para garantir o sigilo das informações.





## CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Este ACORDO poderá ser rescindido por mútuo consentimento ou em face de superveniência de impedimento que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou, ainda, por conveniência de qualquer um dos PARTÍCIPES, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

**Parágrafo único.** Eventual denúncia ou rescisão não representará liberação de compromissos porventura assumidos por meio de instrumentos individuais específicos, tampouco do caráter vinculativo estipulado na CLÁUSULA OITAVA deste ACORDO.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

O presente ACORDO poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, exceto no tocante a seu objeto, devendo os casos omissos serem resolvidos pelos PARTÍCIPES.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS INTELECTUAIS

O presente ACORDO não transfere quaisquer direitos de propriedade intelectual pré-existent de cada PARTÍCIPE, nem autoriza a utilização das marcas dos PARTÍCIPES, salvo com autorização expressa e desde que para divulgar as ações do presente ACORDO.

Os direitos de propriedade intelectual incidentes sobre o material eventualmente resultante do presente ACORDO integram o patrimônio de ambos os PARTÍCIPES na proporção de 50% para cada um, podendo cada PARTÍCIPE utilizá-los sem o pagamento de royalties.

**Parágrafo primeiro.** Os direitos serão conferidos igualmente aos PARTÍCIPES, cuja atuação deverá ser em conjunto, salvo se estipulado de forma diversa em outro instrumento específico.

**Parágrafo segundo.** A divulgação do produto da parceria depende do consentimento prévio dos PARTÍCIPES.

**Parágrafo terceiro.** Cabe a cada PARTÍCIPE a obtenção das cessões de direitos autorais patrimoniais dos envolvidos na elaboração dos materiais resultados desta cooperação, responsabilizando-se por eventuais pleitos indenizatórios promovidos por terceiros em decorrência do descumprimento dessa atribuição.



**Parágrafo quarto.** Os PARTÍCIPES responsabilizam-se, integralmente, por providenciar, desde já, independentemente de solicitação do outro, todas as autorizações necessárias para que ambos utilizem, fruam e disponham dos bens submetidos a regime de propriedade intelectual que, eventualmente, decorrerem da execução desta parceria, sem ônus, durante o prazo de proteção dos direitos incidentes, em território nacional e estrangeiro, em caráter não exclusivo, da seguinte forma:

- I. Quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial), pelo uso de produto objeto de patente, processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado, desenho industrial, indicação geográfica e marcas.
- II. Quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (direitos autorais), pelas seguintes modalidades:
  - a) A reprodução parcial ou integral.
  - b) A adaptação.
  - c) A tradução para qualquer idioma.
  - d) A inclusão em fonograma ou produção audiovisual.
  - e) A distribuição, inclusive para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se façam por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário.
  - f) A comunicação ao público, mediante representação, recitação ou declamação; execução musical, inclusive por meio do emprego de alto-falante ou de sistemas análogos; radiodifusão sonora ou televisiva; captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva; sonorização ambiental; exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado; e exposição de obras de artes plásticas e figurativas.
  - g) A inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero.



## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DISPENSA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRAS**

Fica estabelecida a dispensa do procedimento de prestação de contas financeira, tendo em vista o estabelecido na CLÁUSULA QUINTA do presente ACORDO, e, ainda, os termos do artigo 63, § 3º, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e artigo 5º, §2º, II, do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES**

A execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho, com este instrumento, com o disposto na Lei nº 13.019/2014, no Decreto n. 8.726, de 2016 ou nas disposições normativas aplicáveis pode ensejar aplicação à CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI), garantida prévia defesa, das sanções previstas nesses diplomas normativos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EFICÁCIA, DO REGISTRO E DA PUBLICAÇÃO**

Este ACORDO DE COOPERAÇÃO terá eficácia a partir de sua publicação, devendo o Ministério da Defesa publicar seu extrato no Diário Oficial da União, nos termos do artigo 38 da Lei n. 13.019, de 2014.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

Este ACORDO DE COOPERAÇÃO respeita integralmente os termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, assegurando a proteção de dados pessoais e a privacidade dos indivíduos envolvidos. No entanto, fica estabelecido que:

- I. A aplicação da LGPD restringe-se, exclusivamente, às atividades e situações que não estejam diretamente relacionadas às operações de defesa nacional, conforme definido pela legislação vigente e pelas autoridades competentes.
- II. Em casos em que a aplicação da LGPD possa interferir nas atividades de defesa nacional, prevalecerão as normas específicas aplicáveis à defesa e segurança do Estado, garantindo-se a supremacia do interesse público sobre o particular.





- III. As PARTES comprometem-se a identificar, claramente, as situações em que a LGPD não se aplica, documentando-as de forma adequada e mantendo a transparência das operações, sem prejuízo à segurança nacional.
- IV. Os PARTÍCIPES divulgarão sua participação no presente ACORDO, na forma prevista nos arts. 10 e 11 da Lei nº 13.019, de 2014, e nos arts. 78 a 80 do Decreto nº 8.726, de 2016.

Esta cláusula tem como objetivo delinear, claramente, os limites da aplicação da LGPD no contexto deste ACORDO, garantindo a conformidade com as normas de proteção de dados, exceto quando houver justificativa legítima relacionada à defesa nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA COORDENAÇÃO**

Ficam designados os seguintes órgãos com poderes para acompanhar a execução do objeto deste ACORDO e adotar as providências técnicas e administrativas necessárias ao bom andamento das atividades programadas:

**Pelo MD:** Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD); e

**Pela CNI:** Diretoria de Educação e Tecnologia (DIRET), por meio do Observatório Nacional da Indústria (ONI).

#### **CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Parágrafo primeiro.** Os vínculos jurídicos, de qualquer natureza, assumidos, isoladamente, pelo MD ou pela CNI, são de exclusiva responsabilidade do PARTÍCIPE que os estabelecerem, não se comunicando ao outro, a qualquer título, nem sob qualquer pretexto ou fundamento.

**Parágrafo segundo.** Os casos omissos e as dúvidas ou quaisquer divergências decorrentes da execução deste ACORDO serão dirimidas por meio de consultas e mútuo entendimento entre os PARTÍCIPES.

**Parágrafo terceiro.** As cláusulas constantes deste ACORDO DE COOPERAÇÃO também se aplicam aos planos de trabalho.



## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Na impossibilidade de se dirimir eventuais divergências mediante consultas e entendimentos mútuos ou mediante atuação da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CGU/AGU), nos termos dos arts. 32, II e § 2º, e 43 da Lei nº 13.140, de 2015, e do art. 41, III, “d”, do Anexo I do Decreto nº 11.328, de 2023, fica estabelecido o foro judicial da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, como competente para processar e julgar quaisquer conflitos decorrentes do presente ACORDO, renunciando os PARTÍCIPES, desde já, a quaisquer outros, por mais privilegiados que possam ser.

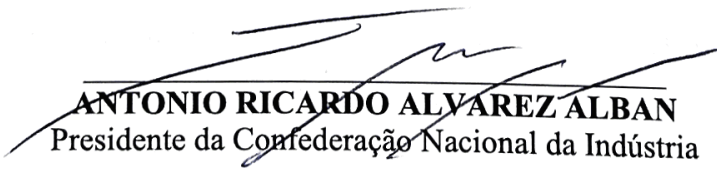
E, por estarem, assim, justos e de pleno acordo, os PARTÍCIPES assinam o presente instrumento, em (02) duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo.

Brasília, 08 de Outubro de 2024.

### Pelo MINISTÉRIO DA DEFESA:

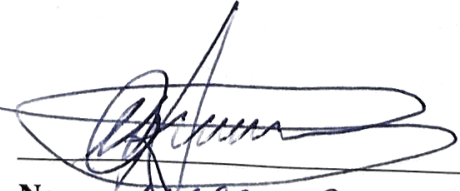
  
**JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO**  
Ministro de Estado da Defesa

### Pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA:

  
**ANTONIO RICARDO ALVAREZ ALBAN**  
Presidente da Confederação Nacional da Indústria

### TESTEMUNHAS:

  
Nome: BRUNO DA SILVA SUSTI

  
Nome: MARCELO GUERRA



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL – SG  
SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA - SEPROD

**ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DA DEFESA (MD) E A  
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI).**

**ANEXO I - OBSERVATÓRIO DA INDÚSTRIA DE DEFESA**

**PLANO DE TRABALHO - PT Nº 001/2024**

**1. IDENTIFICAÇÃO E DADOS CADASTRAIS DOS PARTICIPES**

**ORGÃO: MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE  
PRODUTOS DE DEFESA (SEPROD)**

- CNPJ: 03.277.610/0001- 25
- Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco “Q”, CEP 70049-900
- Nome do responsável: HERALDO LUIZ RODRIGUES
- Cargo/Função: Secretário de Produtos de Defesa do MD
- Nomeação: assinada pela Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituta, no DOU, nº 707, Seção 2 de 26/06/2024.

**ENTIDADE: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI)**

- CNPJ: 33.665.126/0001-34
- Endereço: SBN - quadra 1 - Bloco C, Ed. Roberto Simonsen, Brasília - DF, CEP 70040-903
- Nome do responsável: ANTONIO RICARDO ALVAREZ ALBAN
- Cargo/Função: Presidente
- Nomeação: conforme Ata de Posse da Diretoria da CNI, realizada no dia 30 de outubro de 2018, registrada no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica - DF





## 2. DO OBJETO

Estabelecer agenda entre o MD e a CNI, para a execução do ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 003/2024, com vistas à promoção, ao fortalecimento e ao desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e Segurança - BIDS, por meio de atividades de interesse comum, para complementar os estudos iniciados por meio do AC nº 001/2020 com a CNI.

Para assegurar a eficácia do objeto deste ACORDO, é imperativo que a gestão e a classificação das informações sejam realizadas com a máxima diligência. Assim, constituem obrigações conjuntas dos PARTICIPES:

1. Estabelecer um protocolo de classificação de informações que determine os níveis de acesso e compartilhamento adequados, alinhado às diretrizes do plano de trabalho e à legislação vigente sobre sigilo e transparência de dados.
2. Implementar um sistema integrado de gestão de informações que permita o rastreamento e a auditoria do fluxo de dados, garantindo que o acesso às informações seja concedido somente às partes autorizadas e em conformidade com o grau de sigilo estabelecido.
3. Realizar treinamentos periódicos com gestores e agentes executores para assegurar a compreensão plena das políticas de compartilhamento e classificação de informações, bem como das responsabilidades decorrentes do manuseio de dados sensíveis.
4. Promover a revisão e atualização contínua do protocolo de classificação e do sistema de gestão de informações, para adaptá-los às mudanças nas exigências legais e às necessidades operacionais do ACORDO.

Esta cláusula visa reforçar a importância da gestão adequada das informações e garantir que todas as partes envolvidas estejam cientes e comprometidas com as práticas de segurança e confidencialidade estabelecidas.

## 3. DO OBJETIVO

Objetivo deste plano de trabalho será o desenvolvimento de produtos de inteligência que constituirão o Observatório da Indústria de Defesa. Esta iniciativa tem como objetivo a mentoria no desenvolvimento de produtos focados em temas de interesse do Ministério da Defesa, com suporte

ao desenvolvimento de um serviço de dados (painéis), que será construído a partir da coleta, análise, transformação de dados, visando a disseminação de informações junto aos stakeholders do governo e a Base Industrial de Defesa.

O Observatório da Indústria de Defesa será um ambiente valioso para a tomada de decisões estratégicas, fornecendo insights atualizados e relevantes sobre as tendências, desafios, impactos e oportunidades do setor.

A implementação do Observatório da Indústria de Defesa envolverá uma série de atividades e partirá da transferência metodológica, mentoria no desenvolvimento de produtos e suporte tecnológico do Observatório Nacional da Indústria, para colaboradores do Ministério da Defesa.

#### **4. DA JUSTIFICATIVA**

Com a realização do Acordo de Cooperação Nº 001/2020, estabelecida entre a Confederação Nacional da Indústria e o Ministério da Defesa, torna-se necessário dar continuidade nas ações conjuntas que ampliam o conhecimento sobre o setor produtivo de defesa.

A compreensão dos impactos da Indústria de Defesa no Brasil é um conhecimento estratégico para o desenvolvimento do país, pois envolve saberes dos aspectos econômicos, sociais, tecnológicos e financeiros que tem efeitos diretos no futuro da nação.

Desta forma, este plano de trabalho visa detalhar as ações que possibilitem a troca de conhecimentos e experiências, evitando duplicidade de esforços e promovendo a sinergia entre as instituições.

#### **5. DOS PRODUTOS**

A execução deste PLANO DE TRABALHO terá por base a realização inicial de 4 produtos sobre pesquisas e inteligência de dados, com vistas à promoção, ao fortalecimento e ao desenvolvimento da Base Industrial de Defesa BID.

**Os produtos abordarão os seguintes temas:**

1. Cenário Orçamentário x Impacto Econômico e Social;



2. Cenário Comercial da Indústria de Defesa: Análise de mercado e Cadeia produtiva;
3. Cenário Ciência, Tecnologia e Inovação; e
4. Cenário Financeiro.

## **6. DAS METAS**

Cada estudo será executado dentro de um prazo máximo de 03 meses, totalizando 12 meses para a realização dos 4 produtos. Cada tema será executado pelas seguintes atividades:

1. Pensamento Sistêmico e definição do problema: Identificação dos principais desafios e oportunidades relacionados ao tema e construção do Diagrama de Causa e Efeito para visualizar as relações entre as variáveis.
2. Discovery do produto: Identificação das principais necessidades e expectativas dos atores envolvidos no tema e criação do Backlog com as funcionalidades e requisitos do produto.
3. Coordenação de trabalho com a equipe híbrida: Formação de uma equipe híbrida com profissionais da indústria de defesa e especialistas em tecnologia da informação, definição das responsabilidades e papéis de cada membro da equipe e coordenação das atividades de desenvolvimento do produto.
4. Desenvolvimento do produto: Desenvolvimento do produto com base no Backlog e nas necessidades e expectativas dos atores envolvidos no tema, testes e validação do produto com os usuários finais.
5. Apresentação dos produtos: Apresentação do produto aos atores envolvidos no tema, coleta de feedbacks e sugestões para aprimoramento do produto.

## **7. DA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS**

Para garantir a efetividade e o sucesso da parceria estabelecida por este ACORDO, as PARTES acordam que:

- I. A aferição do cumprimento das metas será realizada por meio de relatórios periódicos de progresso, os quais deverão ser apresentados pelos executores do ACORDO ao término



de cada atividade prevista no campo “DESCRIÇÃO DAS METAS”, conforme o Quadro – Atividades e produtos do item 8. DO CRONOGRAMA, deste plano.

- II. A avaliação do cumprimento das metas será baseada em indicadores de desempenho conforme abaixo, que refletirão os objetivos específicos do ACORDO;

META	AÇÃO	INDICADOR	META	RESPONSÁVEL	PRAZO
<b>Produto 1:</b> Cenário Orçamentário x Impacto Econômico e Social	Verificar se todos atividades do cronograma foram abordadas e concluídas.	Conclusão do Cronograma.	5 Atividades Concluídas	DEPFIN e CNI	3 meses
<b>Produto 2:</b> Cenário Comercial da Indústria de Defesa	Verificar se todos atividades do cronograma foram abordadas e concluídas.	Conclusão do Cronograma.	5 Atividades Concluídas	DEPROD, DEPCOM e CNI	3 meses
<b>Produto 3:</b> Cenário Ciência, Tecnologia e Inovação	Verificar se todos atividades do cronograma foram abordadas e concluídas.	Conclusão do Cronograma.	5 Atividades Concluídas	DECTI e CNI	3 meses
<b>Produto 4:</b> Cenário Financeiro	Verificar se todos atividades do cronograma foram abordadas e concluídas.	Conclusão do Cronograma.	5 Atividades Concluídas	DEPFIN e CNI	3 meses

- III. Em caso de não cumprimento das metas, as PARTES deverão se reunir para discutir as causas e definir um plano de ação corretivo, respeitando os termos estabelecidos no ACORDO e as disposições legais aplicáveis;
- IV. A persistência no não cumprimento das metas poderá acarretar a reavaliação do ACORDO, incluindo a possibilidade de sua rescisão, conforme os critérios estabelecidos neste instrumento.

Esta cláusula tem o propósito de assegurar que as metas estabelecidas sejam cumpridas de forma eficiente e transparente, permitindo que ambas as PARTES acompanhem o desenvolvimento do ACORDO e tomem medidas proativas caso haja desvios dos objetivos propostos.

## 8. DO CRONOGRAMA

O cronograma será estabelecido de forma sequencial, onde cada estudo, caso seja apropriado, poderá começar a partir do término da fase de Discovery do estudo anterior. O cronograma detalhado é o seguinte:

**Quadro - Atividades e produtos**

META	DESCRIÇÃO DAS METAS	PRAZO DE EXECUÇÃO	
		INÍCIO	CONCLUSÃO
<b>Produto 1:</b> Cenário Orçamentário x Impacto Econômico e Social (DEPFIN)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pensamento Sistêmico e definição do problema: 1 semana</li> <li>• Discovery do produto: 2 semanas</li> <li>• Coordenação de trabalho com a equipe híbrida: 1 semanas</li> <li>• Desenvolvimento do produto: 2 meses</li> <li>• Apresentação dos produtos: 1 semana</li> </ul>	Mês 01	Mês 03
<b>Produto 2:</b> Cenário Comercial da Indústria de Defesa (DEPROD e DEPCOM)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pensamento Sistêmico e definição do problema: 1 semana</li> <li>• Discovery dos produtos: Análise de mercado 2.1 e Cadeia produtiva 2.2, 2 semanas</li> <li>• Coordenação de trabalho com a equipe híbrida: 1 semana</li> <li>• Desenvolvimento do produto: 2 meses</li> <li>• Apresentação dos produtos: 1 semana</li> </ul>	Mês 04	Mês 06
<b>Produto 3:</b> Cenário Ciência, Tecnologia e Inovação (DECTI)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pensamento Sistêmico e definição do problema: 1 semana</li> <li>• Discovery do produto: 2 semanas</li> <li>• Coordenação de trabalho com a equipe híbrida: 1 semana</li> <li>• Desenvolvimento do produto: 2 meses</li> <li>• Apresentação dos produtos: 1 semana</li> </ul>	Mês 07	Mês 09

<b>Produto 4:</b> Cenário Financeiro (DEPFIN)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pensamento Sistêmico e definição do problema: 1 semana</li> <li>• Discovery do produto: 2 semanas</li> <li>• Coordenação de trabalho com a equipe híbrida: 1 semana</li> <li>• Desenvolvimento do produto: 2 meses</li> <li>• Apresentação dos produtos: 1 semana</li> </ul>	Mês 10	Mês 12
Divulgação dos estudos e produtos.	Evento para apresentação dos trabalhos, relatórios e produtos de Inteligência.	Mês 12	Mês 12

## 9. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de elaboração do projeto é de 12 (doze) meses, iniciando suas atividades a partir da data de assinatura do ACORDO, podendo ser prorrogado por desejo das partes, como previsto nesse instrumento.

A Execução dos trabalhos será acompanhada e fiscalizada pelo MD, por meio da SEPROD, e pela CNI. As instituições deverão acompanhar as ações desenvolvidas nos termos deste ACORDO; avaliar periodicamente os resultados obtidos dentro dos objetivos e metas estabelecidas no programa de trabalho.

A CNI e o Ministério da Defesa, por intermédio da SEPROD designarão, após assinatura deste Plano de Trabalho, um ponto focal que terá como atribuição: acompanhar, avaliar e validar o desenvolvimento dos trabalhos e os produtos entregues previstos no Plano de Trabalho.

Todos os produtos serão submetidos à análise e apreciação do MD. A CNI e o MD terão prazo de 20 dias, a partir do recebimento para apresentar análise e validação de cada produto entregue.

## 10. DA APLICABILIDADE DA LGPD

Este PLANO DE TRABALHO respeita integralmente os termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, assegurando a proteção de dados pessoais e a privacidade dos indivíduos envolvidos. No entanto, fica estabelecido que:

- I. A aplicação da LGPD restringe-se exclusivamente às atividades e situações que não estejam diretamente relacionadas às operações de defesa nacional, conforme definido pela legislação vigente e pelas autoridades competentes;
- II. Em casos onde a aplicação da LGPD possa interferir com as atividades de defesa nacional, prevalecerão as normas específicas aplicáveis à defesa e segurança do Estado, garantindo-se a supremacia do interesse público sobre o particular;
- III. As PARTES comprometem-se a identificar claramente as situações em que a LGPD não se aplica, documentando-as de forma adequada e mantendo a transparência das operações, sem prejuízo à segurança nacional; e
- IV. Os PARTÍCIPEs divulgarão sua participação no presente PT, na forma prevista nos arts. 10 e 11 da Lei nº 13.019, de 2014, e nos arts. 78 a 80 do Decreto nº 8.726, de 2016.

Este item tem como objetivo delinear claramente os limites da aplicação da LGPD no contexto deste PLANO DE TRABALHO, garantindo a conformidade com as normas de proteção de dados, exceto quando houver justificativa legítima relacionada à defesa nacional.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As cláusulas constantes do ACORDO DE COOPERAÇÃO também se aplicam a este PLANO DE TRABALHO.

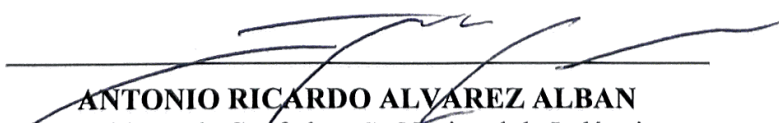
Brasília, 08 de Outubro de 2024.

De acordo:

**Pelo MINISTÉRIO DA DEFESA:**

  
\_\_\_\_\_  
**HERALDO LUIZ RODRIGUES**  
Secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa

**Pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA:**

  
\_\_\_\_\_  
**ANTONIO RICARDO ALVAREZ ALBAN**  
Presidente da Confederação Nacional da Indústria





MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL – SG  
SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA - SEPROD

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DA DEFESA (MD) E A  
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI).

ANEXO II - INICIATIVA CONSÓRCIO DA INDÚSTRIA – CONSORTECH

PLANO DE TRABALHO - PT N° 002/2024

1. IDENTIFICAÇÃO E DADOS CADASTRAIS DOS PARTICIPES

**ORGÃO: MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE  
PRODUTOS DE DEFESA (SEPROD)**

- CNPJ: 03.277.610/0001- 25
- Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco “Q”, CEP 70049-900
- Nome do responsável: HERALDO LUIZ RODRIGUES
- Cargo/Função: Secretário de Produtos de Defesa do MD
- Nomeação: assinada pela Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituta, no DOU, nº 707, Seção 2 de 26/06/2024.

**ENTIDADE: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI)**

- CNPJ: 33.665.126/0001-34
- Endereço: SBN - quadra 1 - Bloco C, Ed. Roberto Simonsen, Brasília - DF, CEP 70040-903
- Nome do responsável: ANTONIO RICARDO ALVAREZ ALBAN
- Cargo/Função: Presidente
- Nomeação: conforme Ata de Posse da Diretoria da CNI, realizada no dia 30 de outubro de 2018, registrada no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica - DF



## 2. DO OBJETO

Estabelecer agenda entre o MD e a CNI, para a execução do ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 003/2024, com vistas à promoção, ao fortalecimento e ao desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e Segurança - BIDS, por meio de atividades de interesse comum, para complementar os estudos iniciados por meio do AC nº 001/2020 com a CNI; e estipular as condições para a realização de estudo de viabilidade, análise do marco regulatório e modelo de negócio que viabilize e mobilize a indústria a cerca de uma modalidade denominada “Consórcio da Indústria”, com o nome de fantasia “Consortech”, visando a criar uma ferramenta financeira, baseada no modelo de consórcio, em apoio à Base Industrial de Defesa e Segurança (BIDS), que poderá estender-se à indústria brasileira como um todo.

A oferta de meios de financiamento à base industrial de defesa é diminuta quando comparado a outros setores da economia e, em especial, quando comparado com as ofertas de financiamento que os governos estrangeiros colocam à disposição de suas empresas nacionais. A Estratégia Nacional de Defesa, aprovada em 2008, também muito antes deste governo, preconiza a importância da Base Industrial de Defesa como propulsora da soberania do país, ao tempo que promove emprego, renda, inovação e tecnologia de emprego dual (civil e militar).

O referido plano de trabalho orienta os esforços do país no sentido de conferir maior capacidade para a Base Industrial de Defesa se desenvolver, incluindo financiamentos.

Para assegurar a eficácia do objeto deste ACORDO, é imperativo que a gestão e a classificação das informações sejam realizadas com a máxima diligência. Assim, constituem obrigações conjuntas dos PARTÍCIPES:

1. Estabelecer um protocolo de classificação de informações que determine os níveis de acesso e compartilhamento adequados, alinhado às diretrizes do plano de trabalho e à legislação vigente sobre sigilo e transparência de dados.
2. Implementar um sistema integrado de gestão de informações que permita o rastreamento e a auditoria do fluxo de dados, garantindo que o acesso às informações seja concedido somente às partes autorizadas e em conformidade com o grau de sigilo estabelecido.
3. Realizar treinamentos periódicos com gestores e agentes executores para assegurar a compreensão plena das políticas de compartilhamento e classificação de informações, bem como das responsabilidades decorrentes do manuseio de dados sensíveis.



4. Promover a revisão e atualização contínua do protocolo de classificação e do sistema de gestão de informações, para adaptá-los às mudanças nas exigências legais e às necessidades operacionais do ACORDO.

Esta cláusula visa reforçar a importância da gestão adequada das informações e garantir que todas as partes envolvidas estejam cientes e comprometidas com as práticas de segurança e confidencialidade estabelecidas.

### **3. DO OBJETIVO**

Objetivo deste plano de trabalho será o desenvolvimento de produtos de inteligência que constituirão o Observatório da Indústria de Defesa. Esta iniciativa tem como objetivo a mentoria no desenvolvimento de produtos focados em temas de interesse do Ministério da Defesa, com suporte ao desenvolvimento de um serviço de dados (painéis), que será construído a partir da coleta, análise, transformação de dados, visando a disseminação de informações junto aos stakeholders do governo e a Base Industrial de Defesa.

O Observatório da Indústria de Defesa será um ambiente valioso para a tomada de decisões estratégicas, fornecendo insights atualizados e relevantes sobre as tendências, desafios, impactos e oportunidades do setor.

A implementação do Observatório da Indústria de Defesa envolverá uma série de atividades e partirá da transferência metodológica, mentoria no desenvolvimento de produtos e suporte tecnológico do Observatório Nacional da Indústria, para colaboradores do Ministério da Defesa.

### **4. DA JUSTIFICATIVA**

As fontes de financiamento disponíveis para a indústria de defesa brasileira são muito mais reduzidas que as que servem a outros setores da economia. Essa situação contrasta-se fortemente com a realidade em outros países que também mantêm indústria de defesa, em que tanto o setor privado como o Estado prestam ao setor apoio especial, atentos à importância estratégica deste para a segurança nacional, a criação de emprego e o benéfico efeito de transbordo das inovações tecnológicas produzidas, com potencial de emprego dual, isto é, civil e militar.



A Iniciativa Consortech visa analisar a viabilidade, enquanto modelo de negócio, com vistas a criar um mecanismo inovador de financiamento, com os prestatários recebendo financiamento a taxas mais atrativas e baixas.

## **5. DO PRODUTO**

### **Descrição do objeto**

Realização de estudo de viabilidade e modelagem de negócio da iniciativa “Consórcio da Indústria”, com o nome de fantasia “Consortech”, visando a criar uma ferramenta financeira, baseada no modelo de consórcio, em apoio à Base Industrial de Defesa e Segurança (BIDS), que poderá estender-se à indústria brasileira como um todo.

### **Obrigações dos partícipes:**

1. Caberá à CNI mobilizar a base industrial nacional e parceiros, que poderão, mediante anuência da outra parte, participar das iniciativas desenvolvidas no âmbito deste Plano de Trabalho;
2. Caberá ao MD indicar os parceiros públicos, nacionais e estrangeiros, que poderão, mediante anuência da outra parte, participar das iniciativas desenvolvidas no âmbito deste Plano de Trabalho; e
3. As partes promoverão encontros, a cada 30 (trinta) dias, para monitoramento e reavaliação de cada projeto/iniciativa, ou quando solicitado, de maneira extraordinária, pelas partes.

## **6. DA META**

O estudo será executado dentro de um prazo máximo de 05 meses para a realização de palestras, reuniões e outras atividade que se fizerem necessárias.

## **7. DA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS**

Para garantir a efetividade e o sucesso da parceria estabelecida por este ACORDO, as PARTES acordam que:





- I. A aferição do cumprimento das metas será realizada por meio de relatórios periódicos de progresso, os quais deverão ser apresentados pelos executores do ACORDO ao término de cada atividade prevista no campo “DESCRIÇÃO”, do quadro do item 8. DO CRONOGRAMA, deste plano.
- II. A avaliação do cumprimento das metas será baseada em indicadores de desempenho conforme abaixo, que refletirão os objetivos específicos do ACORDO;

META	AÇÃO	INDICADOR	META	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Palestra sobre o tema “ <i>Funcionamento dos Consórcios no Brasil</i> ”, a ser ministrada por especialista(s) indicado(s) pela CNI.	Palestra realizada.	1 palestra	CNI	D+15
2	Palestra sobre o tema “ <i>O Mercado de Defesa e a Estratégia de Financiamentos e Investimentos em Defesa</i> ”, a ser ministrada pela equipe do DEPPIN.	Palestra realizada.	1 palestra	MD	D+30
3	Elaboração conjunta do estudo de viabilidade modelo de negócio da <b>consortech</b> , usando a abordagem “ <i>Business Model Canvas (BMC)</i> ”	Estudo realizado.	1 estudo	MD e CNI	D+45
4	Elaboração conjunta da modelagem conceitual da <b>consortech</b>	Estudo realizado.	1 estudo	MD e CNI	D+75
5	Indicação de potenciais parceiros:	Indicações realizadas.	1 ou mais indicações	MD e CNI	Até D+145

	parceiros públicos pelo MD, parceiros privados pela CNI				
6	Reuniões pontuais com outros interlocutores de interesse (e.g. ABAC e BACEN)	Reunião realizada.	1 reunião	MD e CNI	Até D+145
7	Ajustes finais e avaliação de resultados	Estudo realizado.	1 estudo	MD e CNI	Até D+105
8	Apresentação do CONSORTECH (encerramento oficial do <b>Projeto Consortech</b> )	Projeto concluído.	1 projeto	MD e CNI	Até D+145

- III. Em caso de não cumprimento das metas, as PARTES deverão se reunir para discutir as causas e definir um plano de ação corretivo, respeitando os termos estabelecidos no ACORDO e as disposições legais aplicáveis;
- IV. A persistência no não cumprimento das metas poderá acarretar a reavaliação do ACORDO, incluindo a possibilidade de sua rescisão, conforme os critérios estabelecidos neste instrumento.

Esta cláusula tem o propósito de assegurar que as metas estabelecidas sejam cumpridas de forma eficiente e transparente, permitindo que ambas as PARTES acompanhem o desenvolvimento do ACORDO e tomem medidas proativas caso haja desvios dos objetivos propostos.

## 8. DO CRONOGRAMA



ATIVIDADE	PARTÍCIPIES	DESCRIÇÃO	PRAZOS
1	CNI	Palestra sobre o tema “ <i>Funcionamento dos Consórcios no Brasil</i> ”, a ser ministrada por especialista(s) indicado(s) pela CNI.	Até 15 dias após a assinatura do plano de trabalho
2	MD	Palestra sobre o tema “ <i>O Mercado de Defesa e a Estratégia de Financiamentos e Investimentos em Defesa</i> ”, a ser ministrada pela equipe do DEPPIN.	Até 30 dias após a assinatura do plano de trabalho
3	MD e CNI	Elaboração conjunta do estudo de viabilidade modelo de negócio da <b>consortech</b> , usando a abordagem “ <i>Business Model Canvas (BMC)</i> ”	Até 45 dias após a assinatura do plano de trabalho
4	MD e CNI	Elaboração conjunta da modelagem conceitual da <b>consortech</b>	Até 75 dias após a assinatura do plano de trabalho
5	MD e CNI	Indicação de potenciais parceiros: parceiros públicos pelo MD, parceiros privados pela CNI	Durante o decorrer do plano de trabalho
6	MD e CNI	Reuniões pontuais com outros interlocutores de interesse (e.g. ABAC e BACEN)	Durante o decorrer do plano de trabalho
7	MD e CNI	Ajustes finais e avaliação de resultados	Até 105 dias após a assinatura do plano de trabalho
-8	MD e CNI	Apresentação do CONSORTECH (encerramento oficial do <b>Projeto Consortech</b> )	Até 145 dias após a assinatura do plano de trabalho

## 9. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de vigência e execução deste Plano de Trabalho é de 5 (cinco) meses contados, a partir da data de sua assinatura.

## 10. DA APLICABILIDADE DA LGPD

Este PLANO DE TRABALHO respeita integralmente os termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, assegurando a proteção de dados pessoais e a privacidade dos indivíduos envolvidos. No entanto, fica estabelecido que:

- I. A aplicação da LGPD restringe-se exclusivamente às atividades e situações que não estejam diretamente relacionadas às operações de defesa nacional, conforme definido pela legislação vigente e pelas autoridades competentes;



- II. Em casos onde a aplicação da LGPD possa interferir com as atividades de defesa nacional, prevalecerão as normas específicas aplicáveis à defesa e segurança do Estado, garantindo-se a supremacia do interesse público sobre o particular;
- III. As PARTES comprometem-se a identificar claramente as situações em que a LGPD não se aplica, documentando-as de forma adequada e mantendo a transparência das operações, sem prejuízo à segurança nacional; e
- IV. Os PARTÍCIPES divulgarão sua participação no presente PT, na forma prevista nos arts. 10 e 11 da Lei nº 13.019, de 2014, e nos arts. 78 a 80 do Decreto nº 8.726, de 2016.

Este item tem como objetivo delinear claramente os limites da aplicação da LGPD no contexto deste PLANO DE TRABALHO, garantindo a conformidade com as normas de proteção de dados, exceto quando houver justificativa legítima relacionada à defesa nacional.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As cláusulas constantes do ACORDO DE COOPERAÇÃO também se aplicam a este PLANO DE TRABALHO.

Brasília, 28 de Outubro de 2024.

De acordo:

**Pelo MINISTÉRIO DA DEFESA:**

  
\_\_\_\_\_  
**HERALDO LUIZ RODRIGUES**

Secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa

**Pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA:**

  
\_\_\_\_\_  
**ANTONIO RICARDO ALVAREZ ALBAN**  
Presidente da Confederação Nacional da Indústria

